

A Militância no Feminino nos Primórdios do Sindicalismo em Portugal

Paulo Marques Alves

paulomarquesalves@sapo.pt

ISCTE – INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, DINÂMIA'CET-IUL, LISBOA, PORTUGAL

Olinda Gama

marcodecorreio@gmail.com

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal

ABSTRACT

Given the androcentric nature with which it was born, union movement became associated with a cultural pattern and a male-dominated character that still exists on a large scale. In spite of the mixed associations created in the beginning, discrimination events against women led them to form their own unions, which were maintained active in the United Kingdom even after the 1st World War. Exclusively feminine organizations were likewise created in France, both in CGT, albeit of short duration, and in CFTC, where these lasted until the Nazi occupation. Other experiences remained active until very recently, as is the case of the Danish KAD, founded in 1901. “*Women militancy*”, traditionally much less intense, as a result of social, economic and cultural obstacles was shrouded in silence for a very long time, and it was necessary to wait for the last thirty years in order to perceive the substantial increase in scientific research that is being developed in this domain. This silence also occurs in Portugal. Women are completely absent from the works that analyse trade union and the trade union activists at the dawn of the 20th century. This paper, based on documental analysis, comprises a first step into bringing out of the shadows the union militancy of Portuguese women throughout that historical period.

KEY-WORDS

Union movement, feminine organizations, women militancy, Portuguese women.

RESUMO

O sindicalismo nasceu andro-centrado, o que permitiu enraizar no movimento sindical uma cultura e uma dominação masculinas que ainda hoje subsistem em grande medida. Se bem que nos seus primórdios tivessem sido criadas algumas organizações mistas, atos de discriminação contra as mulheres acabaram por levá-las a formar sindicatos próprios, que permaneceram ativos até depois da I Guerra Mundial no Reino Unido. Organizações exclusivamente femininas foram igualmente constituídas em França, quer na CGT, ainda que de curta duração, quer na CFTC, tendo estas perdurado até à ocupação nazi. Outras experiências mantiveram-se até muito recentemente, como sucedeu com o KAD dinamarquês, fundado em 1901. A “*militância no feminino*”, tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por fatores de ordem social, económica e cultural, foi durante muito tempo envolta no silêncio, tendo sido necessário esperar pelos últimos trinta anos para se verificar um considerável incremento na investigação científica neste domínio. O mesmo silêncio regista-se igualmente em Portugal. As mulheres encontram-se completamente ausentes das obras que analisam o movimento sindical e os militantes no dealbar do século XX. Esta comunicação, baseada em análise documental, é um primeiro contributo para tirar da sombra a militância sindical das mulheres portuguesas durante esse período histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Sindicalismo, organizações femininas, militância no feminino, mulheres portuguesas.

INTRODUÇÃO

Em 1929, Virginia Woolf, num conhecido ensaio, enfatizava a necessidade de se reescrever a História para que às mulheres fosse dado o destaque a que tinham direito. Praticamente seis décadas após esta proclamação, Scott (1983) referia que o apelo de Woolf havia sido satisfeito, sublinhando que, sobretudo a partir da década de 70, as prateleiras das livrarias e das bibliotecas tinham passado a estar relativamente bem guarnecidas com obras realçando o papel da mulher no processo histórico.

A “*militância no feminino*” foi também ela silenciada durante muito tempo, tendo sido necessário esperar pelos últimos trinta anos para que as ciências sociais comesçassem a interessar-se por este objecto, tendo-se assistido a partir daí a um considerável incremento na investigação, abrangendo um conjunto diversificado de temáticas. Este silêncio tem sido ainda mais profundo em Portugal, com as mulheres militantes sindicais a encontrarem-se praticamente ausentes das obras dedicadas ou ao movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas

pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na actualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande défice de estudos sobre o movimento sindical português. Para o período temporal que nos ocupa, duas obras são paradigmáticas do que acabamos de referir. A primeira, de Alexandre Vieira, traça o perfil de 29 “*Figuras gradas do movimento social português*” (Vieira, 1959), todos homens. A segunda, mais recente, destina-se a biografar doze “*operárias e burguesas*”, mais estas do que aquelas (Samara, 2007). Nenhuma das biografadas fora militante sindical. É certo que em Portugal, como por toda a parte, o sindicalismo nasceu andro-centrado e que as estratégias sindicais visando a exclusão ou a segregação das mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos foram uma realidade. Mas será que as mulheres se mantiveram à margem do movimento sindical português na viragem da centúria?

Esta comunicação é um contributo para tirar da sombra a participação das mulheres no movimento sindical no lapso temporal que transcorre entre 1891, ano da publicação da lei que legalizou as associações de classe, e 1933, ano da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional. Baseia-se numa análise documental que incidiu sobre os processos relativos a 778 associações de classe, o que corresponde a 69,3% do total de associações que recenseámos para este período.

SINDICATOS E MULHERES: UMA RELAÇÃO PROBLEMÁTICA

A relação das mulheres com os sindicatos tem-se revelado bastante problemática desde os primórdios do movimento operário. No Reino Unido, no início da industrialização e da organização dos trabalhadores com as *Friendly Societies*, chegaram a ser constituídas associações mistas, de que a mais conhecida é a *Worsted Small-ware Weaver’s Association*, fundada em 1747 (Pasture, 1997: 221). Contudo, rapidamente emergiu no seio do movimento sindical uma atitude sexista relativa ao papel da mulher na sociedade e, em particular, à sua inserção no mercado de trabalho e nos sindicatos, a qual, segundo Pasture, derivou de uma contaminação do movimento operário pela cultura burguesa e sua representação da sociedade e dos papéis que nela deveriam ser desempenhados por homens e mulheres: a estas a esfera privada cuidando da família e da educação dos filhos; àqueles a esfera pública, garantindo o sustento da família

Esta atitude em breve se tornou dominante, ao ser transversal a correntes sindicais tão díspares quanto as influenciadas por Proudhon, pelo catolicismo ou pelo reformismo, acabando por orientar durante muito tempo as estratégias sindicais face às mulheres. A ela só escapou a corrente de filiação marxista que, com base nos princípios da igualdade e da emancipação, sempre defendeu o direito das mulheres ao trabalho assalariado, ao mesmo tempo que sustentava que elas não constituíam um grupo homogéneo, existindo no seu seio interesses diferenciados, podendo inclusivamente

as diferenças que entre elas se manifestavam serem mais relevantes do que as que derivavam do género. A fractura não ocorre entre homens e mulheres, mas sim entre proletários e capitalistas, entre oprimidos e opressores.

Com base nesta atitude sexista dominante construiu-se toda uma estratégia sindical que visou excluir ou segregar as mulheres no mercado de trabalho. Quanto muito aceitava-se o trabalho feminino como transitório ou então tentava-se confiná-lo a determinados ramos de actividade de salários mais baixos. Isto sucedeu desde logo com o movimento sindical britânico que, ao negar a filiação sindical das mulheres no quadro da utilização da prática do *closed shop*, conseguiu vedar o seu acesso a muitos segmentos do mercado de trabalho.

Para além da exclusão, outras práticas discriminatórias fizeram o seu curso, como o impedir as mulheres de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores, o coarctar-lhes a possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder, etc.. A discriminação passou também por uma actuação que acabava por reforçar as desigualdades salariais em vez de as eliminar. Esta atitude sexista recorreu fundamentalmente a dois argumentos. Um, eivado de paternalismo, sublinhava que o não acesso das mulheres ao mercado de trabalho as libertava das condições desumanas do trabalho industrial. Outro, o mais relevante, enfatizava que as mulheres deviam ser excluídas do mercado de trabalho porque, por natureza, eram incapazes de adquirir as qualificações necessárias, trabalhavam de forma mais imperfeita do que os homens e concorriam com estes, assim provocando o abaixamento dos salários.

Em resultado das atitudes de rejeição e de discriminação, as mulheres começaram a criar sindicatos próprios. É o que Briskin (1998) designa por “*separatismo*”. Significa uma recusa em trabalhar com os homens e a conseqüente constituição de organizações alternativas. A primeira a surgir terá sido a Sisterhood of Leicestershire Wool Spinners, fundada em 1780. Ainda no Reino Unido, as mais importantes organizações compostas só por mulheres foram a Women’s Protective and Provident League, criada em 1874 e que a partir de 1888 se passou a designar por Woman’s Trade Union League, e a National Federation of Women Workers, uma organização singular que não foi um sindicato no sentido estrito do termo, pois procurava promover simultaneamente a causa do sindicalismo feminino e a causa feminista, pelo que agrupava mulheres trabalhadoras e feministas, num cruzamento historicamente raro. Muitos dos sindicatos femininos do Reino Unido permaneceram activos até à Iª Guerra Mundial ou mesmo até depois do conflito.

O mesmo sucedeu na Europa continental. Em França foram constituídos sindicatos exclusivamente femininos quer na CGT sindicalista-revolucionária, ainda que de curta duração, quer na católica CFTC, tendo estes permanecido até à ocupação nazi. Na Bélgica, Holanda ou Alemanha, os sindicatos femininos foram sendo gradualmente transformados em associações de carácter cultural que passaram a funcionar no

seio de sindicatos mistos. Estruturas sindicais específicas para o trabalho sindical com as mulheres só começaram a surgir após a IIª Guerra Mundial.

No entanto, houve um sindicato exclusivamente feminino que perdurou até muito recentemente, o KAD dinamarquês, fundado em 1901 a partir da fusão de vários sindicatos femininos que tinham sido criados devido à recusa do direito à filiação sindical das mulheres por parte do SID, um sindicato geral que organizava trabalhadores não qualificados, constituído em 1897. Por uma ironia da história, ambos os sindicatos acabaram por se fundir em 2004.

A opção pela formação de sindicatos únicos com um carácter misto foi o resultado de uma evolução gradual da atitude sexista para uma outra obedecendo a uma “*lógica de organização*” (Pasture, 1997: 220). Embora não abdicando da consideração de que o lar seria o local ideal para a mulher e apesar da continuação das desconfianças, hesitações e resistências em relação a estas, uma vez perante a sua crescente inserção no mercado de trabalho, muito graças à estratégia patronal de assim conseguir um abaixamento dos salários, não restou aos diversos movimentos sindicais, nomeadamente os maioritários de inspiração reformista, outra alternativa que não fosse a adopção de uma atitude pragmática a partir do início do século XX. Esta nova atitude passou, por um lado, por tentar garantir condições de trabalho, em particular em termos salariais, iguais para homens e mulheres e, por outro, por não as ostracizar dado terem-se tornado num contingente importante que não devia ser negligenciado em termos de recrutamento.

A MILITÂNCIA SINDICAL NO FEMININO NOS PRIMÓRDIOS DO SINDICALISMO PORTUGUÊS

Na viragem de oitocentos e nas duas primeiras décadas de novecentos, algumas centenas de milhares de mulheres integravam a população activa portuguesa (Quadro 1). Todavia, os dados devem ser analisados com uma dupla precaução. Em termos sincrónicos, devido às deficiências do aparelho estatístico em cada um dos momentos censitários. Em termos diacrónicos, porque a comparação é impossível dadas as profundas alterações ocorridas na definição do conceito de população activa de censo para censo.

Quadro 1

Evolução da população activa em Portugal (N.º), entre 1890 e 1930. Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1890-1930)

Recenseamento	População activa feminina
1890	933 453
1900	689 851
1911	672 282
1920	Não apurada
1930	1 908 086

A atitude sexista dominante no sindicalismo europeu fez igualmente o seu curso em Portugal. O movimento sindical português reagirá também muito negativamente à inserção da mulher no mercado de trabalho. Disso é exemplo um artigo de *O Corticeiro*. A propósito da introdução de máquinas e do aumento do número de mulheres nesta indústria recorre-se ao grande argumento anteriormente referido, afirmando-se:

“(...) Infelizmente essas máquinas estão entregues a mulheres, e para nosso mal parece que a entrada das mulheres nas fábricas em vez de diminuir tem assustadoras tendências a alastrar-se e não só para as máquinas como também para outros serviços, o que nos tem prejudicado e continuará prejudicando gravemente. (...) Muito embora o rendimento de trabalho da mulher na fábrica seja muito inferior ao do homem, e muito menos consciencioso, vêm os senhores industriais, nas mulheres, a forma de poderem conseguir mais lucros pelo barateamento da mão-de-obra, e o que acontece? Acontece que o trabalho escasseia para os homens. (...) Que devemos então fazer? Evitar a entrada das mulheres nas fábricas.” (*O Corticeiro*, de 3 de Outubro de 1929, *apud* Seixas, s.d.: 35-36).

De estratégias visando a segregação das mulheres dá-nos conta Patriarca (1990) para um período posterior ao que aqui nos ocupa, quando evidencia práticas sindicais que levavam “*a restringir o acesso das mulheres, impedindo-as de exercer a profissão ou arredando-as de certos trabalhos e funções*” (Patriarca, 1990: 607). E em relação ao movimento sindical? Terão as mulheres dele sido excluídas, quer enquanto sócias quer como militantes, permanecendo à sua margem?

Analisando a composição do pessoal dirigente, primeiro da CECS – Comissão Executiva do Congresso Sindicalista (1909-1914), depois da UON – União Operária Nacional (1914-1919) e, por fim, da CGT – Confederação Geral do Trabalho, somos levados a pensar que as mulheres terão ficado completamente à margem do movimento sindical português durante este período. Os cerca de 50 dirigentes da cúpula sindical entre 1919 e 1925 eram todos homens. À mesma conclusão chegamos se lermos as obras que anteriormente referimos de Vieira (1959) e de Samara (2007) ou se analisarmos a relação de sócios de alguns sindicatos com maior ou menor dimensão, onde não se descortina uma última mulher. Disso são exemplo a AC dos Operários Confeiteiros, Pasteleiros e Artes Correlativas em Lisboa (96 sócios em 1909); a AC União dos Empregados no Comércio de Lisboa (165 sócios em data não estipulada); a AC dos Empregados de Bancos e Câmbios de Lisboa (262 sócios em 1917) ou a AC dos Empregados dos Cafés, Restaurantes e Hotéis do Porto (mais de 700 sócios em 1933). Outros exemplos poderiam ser citados.

E se lermos os estatutos de algumas AC, vemos que eles vedavam expressamente a filiação às mulheres. Um exemplo da consagração estatutária desse fechamento

transparece dos estatutos da AC dos Empregados no Comércio e Indústria em Caldas da Rainha, datados de 1899 e publicados em 1901:

Art.º 1.º - É fundada em Caldas da Rainha uma associação de empregados no Comércio e Indústria, denominada "Associação dos Empregados no Comércio e Indústria em Caldas da Rainha", e compor-se-ha de indetermi-^{na}do numero de individuos do sexo masculino, de idade superior a 15 annos, pertencentes exclusivamente ás classes de empregados no Comércio e Indústria, seja qual for a sua categoria, com-tanto que satisfaçam ás condições do Artigo 3.º.

No entanto, se analisarmos a relação de sócios de outras AC, começamos a verificar que as mulheres se integraram de facto no movimento sindical, desde logo de forma passiva, como simples sócias, podendo o seu número assumir um carácter marginal ou constituir-se como uma imensa minoria no seio de uma dada associação. É possível

detectar uma presença feminina completamente marginal em organizações como a AC dos Trabalhadores Rurais do Campo Grande (3,7% dos 190 sócios em 1916); a AC dos Empregados no Regimen dos Tabacos (1,8% entre 122 sócios em 1920); a AC dos Empregados no Comércio de Faro (2,2% entre 93 sócios em 1931) ou a Associação Portuense dos Empregados de Escritório (0,6% dos 697 sócios em 1920), entre outras.

Noutras associações, as mulheres possuíam um peso superior, mas continuavam minoritárias. É o caso da AC União dos Operários Tecelões Mecânicos de Ambos os Sexos do Porto (29,6% dos 196 sócios em 1907); da AC dos Operários Encadernadores e Anexos de Lisboa (16,5% dos 133 sócios em 1915) ou da AC do Pessoal Assalariado do Depósito Central de Fardamento (10,3% dos 78 sócios em data indeterminada). Também o facto de algumas AC terem na respectiva designação “de ambos os sexos” evidencia a abertura dos sindicatos às mulheres, embora isso não signifique necessariamente que essas organizações alguma vez tivessem contado com mulheres como associadas. Por vezes, os estatutos também continham disposições que faziam depender a admissão das mulheres casadas de uma autorização do marido. Era o que sucedia com os estatutos da AC da Imprensa Portuguesa de 1898:

Artigo 6.º - É condição indispensável para ser admitido como socio, ser de maior idade, e sendo as senhoras casadas apresentar autorização escripta de seus maridos.

E não terão as mulheres participado no movimento de forma mais activa?

Uma ponta do véu é levantada no dicionário de militantes e grupos libertários e sindicais agora disponível na Internet (Freire, 2012). De entre 2 929 militantes recenseados, o autor refere 61 mulheres, o que corresponde a 2,1% do total. Todavia, é de referir que dezoito dessas mulheres são apresentadas como “*simpatizantes libertárias*”, o que significa que não terão acedido à condição militante; uma, Mariana do Carmo Torres, era operária conserveira e foi assassinada pela GNR aquando da greve dos trabalhadores das conservas de Setúbal em 1911 juntamente com António Mendes, desconhecendo-se se seria ou não militante; duas outras são apresentadas como tendo sido presas na sequência de uma “*tentativa de greve de criados*”, desconhecendo-se igualmente se teriam militado sindicalmente. Todas as restantes 40 militaram ou em organizações anarquistas, incluindo as Juventudes Libertárias (dezasseis), nas Juventudes Sindicalistas (treze) ou em sindicatos (onze). São fundamentalmente referidas duas organizações, a AC das Costureiras e Ajuntadeiras de Calçado de Lisboa e a AC das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. E um nome sobressai, o da socialista Margarida Marques, que exerceu cargos de direcção na AC das Costureiras e Ajuntadeiras de Calçado de Lisboa

e foi nomeada para um grupo com o objectivo de rever a legislação operária relativa ao trabalho das mulheres e dos menores no Congresso Nacional Operário do Sul de 1909,

Por seu lado, Seixas (s.d.) aduz alguns elementos relevantes, evidenciando nomeadamente acções de protesto protagonizadas por mulheres, como sejam a manifestação das trabalhadoras têxteis em 1911 ou as greves com motivações diversas que iam desde a luta contra o assédio (corticeira Robinson, em Portalegre em 1911) e os despedimentos e o assédio (Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense em Agosto de 1913) até às greves que visavam aumentos salariais (tecelões do Porto em 1903 ou conservas de Setúbal em 1911) ou aumentos de salários e diminuição do horário de trabalho (operárias chacineiras no Montijo em 1911). Como esta autora revela, o protesto das mulheres também incidiu sobre quem as representava nos locais de trabalho. É o que acontece na carta que uma operária têxtil exigiu que fosse publicada em *O Sindicalista*, onde se condena o facto do representante sindical na sua empresa não ter agido quando o patrão substituiu uma mulher por um homem num tear. Diz a operária que ele “não teve uma única palavra de reprovação contra tal irregularidade, [e] só porque eu chamara a sua atenção para uma injustiça, insultou-me com palavras injuriosas, chegando a chamar-me prostituta.” E depois de referir os “gestos indecorosos” que esse militante fazia habitualmente às suas colegas, esta operária apelava para que o sindicato “o repreendesse” e caso isso não sucedesse, ameaçava que “pode suceder que um grande número de sócios abandonem a Associação, visto que nesse propósito se encontram caso ele continue na mesma atitude.” (E.L., in *O Sindicalista* de 20 de Agosto de 1911, *apud* Seixas, s.d.: 29-30).

Outro exemplo de atritos aparentemente com base no género, mas que certamente terão outras motivações, ocorreu aquando de uma conferência dada por Adelaide Costa dedicado a consciencializar as operárias têxteis para a sindicalização, a qual foi interrompida “em alta gritaria (...) por um grupo de desorientados que se dizem anarquistas, capitaneados por Bartolomeu Constantino (...) [com o objectivo de tentarem] desorganizar uma associação que eles não vêem de bom grado” (*O Socialista* de 30 de Janeiro de 1913, *apud* Seixas, s.d.: 28).

Seixas contribui igualmente para retirar do esquecimento um conjunto de 21 nomes de mulheres que assumiram uma participação activa como militantes sindicais durante este período. Onze eram operárias têxteis que ou integraram a comissão promotora de um dos congressos dos sindicatos deste ramo de actividade, ou participaram numa Comissão de Reclamação constituída em Lisboa, ou então militaram na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, em Alcântara. As restantes eram parteiras (cinco), operárias corticeiras (quatro), com participação activa durante a greve de 1910, a que acresce uma operária tabaqueira e outra ajuntadeira, tendo esta última secretariado uma sessão do Congresso Nacional Operário do Sul, em 1909.

Terá a militância feminina sido assim tão marginal, quase inexistente? Para além das associações das ajuntadeiras de Lisboa, das operárias conserveiras de Setúbal e

das parteiras, não se terá verificado uma maior “*intromissão feminina*” para utilizar uma expressão de Pasture (1997) neste mundo essencialmente masculino?

A análise documental a que procedemos incidiu não só sobre os estatutos das AC, mas também sobre a composição das respectivas comissões promotoras. Em 741 dos 778 casos analisados (95,2%), as comissões foram constituídas exclusivamente por homens. Deste modo, as mulheres participaram na fundação de apenas 37 AC, o que corresponde a 4,8% do total, tendo sido únicas promotoras em dezanove casos: sete, na indústria têxtil e calçado; seis, na indústria alimentar; duas, na saúde e nos serviços colectivos e pessoais; e uma, no comércio e escritórios e na hotelaria. Foram ainda maioritárias noutros dois (uma AC, na educação – 95,2% – e outra, na indústria têxtil e do calçado – 57,1%) e tiveram uma forte presença entre os fundadores de uma outra AC na educação (44,6%).

Apresentando uma taxa de feminização das comissões promotoras entre os 16 e os 30%, encontramos mais seis AC: duas, no têxtil e calçado; e uma, na indústria da madeira e cortiça, construção civil, comércio e escritórios e actividades recreativas. Com uma presença mais reduzida, inferior a 5%, encontramos três AC na saúde, uma na educação e outra na hotelaria. Apenas quatro ramos da actividade económica concentram 68,6% das AC em cuja fundação se registou participação feminina: indústrias têxtil e alimentar, saúde e educação. Especialmente, verifica-se igualmente uma elevada concentração, cabendo a Lisboa 56,8% (21 AC). Seguem-se o Porto (sete), Setúbal (três), Faro (duas) e Braga, Castelo Branco (mais concretamente a Covilhã, onde uma AC na indústria têxtil foi fundada exclusivamente por mulheres), Coimbra e Madeira (uma em cada um dos distritos).

No total, recenseámos um conjunto de 564 mulheres integrantes de comissões promotoras. Uma vez que não estão disponíveis para análise os processos referentes a mais de 300 organizações, estimamos que este número possa ascender às seis centenas ou ultrapassar mesmo este limiar. Algumas das associações criadas pretendiam representar trabalhadoras de profissões marcadamente femininas (parteiras, lavadeiras ou empregadas de engomadoria), mas outras foram constituídas porque em Portugal as mulheres também se viram forçadas a adoptar a estratégia de separatismo atendendo à exclusão de que eram alvo, a qual conduziu à formação de organizações alternativas. Isso foi evidente na indústria do calçado, onde a par dos sindicatos de ofício masculinos dos fabricantes de calçado, surgiram organizações de costureiras e ajuntadeiras, e na indústria conserveira. Quando formavam as suas organizações próprias, as mulheres, num efeito mimético, impediam o acesso aos homens. Essa exclusão tinha igualmente consagração estatutária, do que é exemplo os estatutos da AC das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Olhão de 1904:

Estabelecimento da Associação de Classe das Operarias das Fabricas de
Conservas de Peixe.

Capitulo I
Organização, denominação e fins

artigo 1.º É organizada em Olhão, onde terá a sua sede, uma associação nos
termos do decreto de 9 de maio de 1891, que se denominará Associação de Classe
de das Operarias das Fabricas de Conservas de Peixe, - á qual se poderão pertenc
er as mulheres empregadas n'este ramo de trabalho e que residam n'os
Lda Villa e seus arredores.

O surgimento destes sindicatos femininos nas conservas ocorreu em simultâneo com os sindicatos masculinos (Olhão e Lagos) ou foi-lhe muito posterior (Setúbal). Noutros centros conserveiros, como Peniche, Matosinhos, Portimão, Vila Real de Santo António e Cascais, onde também se formaram sindicatos, não existe evidência desta estratégia separatista.

A tensão entre os operários de ofício e as mulheres foi particularmente expressiva aquando da greve na indústria conserveira de Setúbal em 1911 protagonizada pelas mulheres, a quem na divisão sexual do trabalho cabia, juntamente com os “moços”, executar os trabalhos desqualificados, como descrito por Arranja (2009). A esta greve, desencadeada pela recusa patronal de aumentar os salários das trabalhadoras, não aderiram os soldadores, um grupo profissional altamente qualificado cuja tarefa era soldar à mão as latas de conservas. Este ofício encontrava-se nessa altura em declínio e perdera já grande parte da sua centralidade no processo de trabalho devido à introdução de máquinas cravadeiras operadas por mulheres, facto contra o qual os soldadores se haviam oposto violentamente. A não adesão dos soldadores levou a estrutura de sindicatos local a emitir um comunicado a condenar esta atitude, ao mesmo tempo que lhes recordava que todos “eram vítimas da exploração burguesa” (Arranja, 2009: 51). A greve durará cerca de dois meses, terminando a 10 de Abril sem que as reivindicações tivessem sido atendidas. Enquanto decorreu foi decretada uma greve geral em Setúbal de solidariedade, que começou a 25 de Fevereiro e durou dois dias, e uma greve geral em Lisboa a 20 de Março, em protesto contra o assassinato de Mariana Torres e de António Mendes ocorrido sete dias antes. Entretanto, na viragem da segunda década do século passado começarão a ser criados sindicatos únicos de indústria, de composição mista, como sucedeu em Olhão com a fusão em 1918 dos dois sindicatos até então existentes.

CONCLUSÃO

O sindicalismo nasceu andro-centrado, tendo adoptado desde o seu início uma atitude sexista de exclusão das mulheres do mercado de trabalho e dos sindicatos. Estas responderam recorrendo ao separatismo, fundando as suas organizações próprias. A “*militância no feminino*”, desde logo a sindical, que é tradicionalmente menos intensa, ao ser travada por factores de ordem social, económica e cultural, esteve durante muito tempo envolta no silêncio. Só muito recentemente as ciências sociais se começaram a interessar por este objeto. O silêncio é ainda mais ensurdecedor em Portugal. As mulheres encontram-se ausentes de praticamente todas as obras sobre o movimento sindical na viragem de oitocentos, com as honrosas excepções citadas ao longo do texto. Através delas acedemos aos nomes de algumas poucas dezenas de participantes activas no movimento sindical ou na acção colectiva operária, em particular após a implantação da República. Mas essa participação, ainda que diminuta, foi mais intensa do que se supunha até agora.

Com base na análise documental dos processos relativos à constituição das AC, apurámos que mais de cinco centenas de mulheres participaram na fundação de organizações sindicais em Portugal entre os finais de oitocentos e o início da terceira década de novecentos. Este número será certamente superior, não só porque não analisámos os processos de algumas centenas organizações, mas também porque muitas outras mulheres se terão empenhado activamente ao longo do período em análise, quer nos órgãos dirigentes das associações quer como “*comissionadas*” nos seus locais de trabalho. Muito há ainda a fazer para resgatar do olvido os nomes e a acção de mulheres como Margarida Marques, da AC das costureiras e ajuntadeiras; Flávia de Matos e Liberdade da Pátria Gomes Ramos, militantes sindicais da indústria têxtil; ou Maria Luísa, que foi presidente da AC das operárias conserveiras de Setúbal, entre muitas outras. É esse trabalho que pretendemos prosseguir.

BIBLIOGRAFIA

- Arranja, Álvaro (2009). *Anarco-sindicalistas e Republicanos. Setúbal na I República*, Setúbal: CEB.
- Briskin, Linda (1998). “Autonomy, diversity and integration: union women’s separate organizing in North America and Western Europe in the context of restructuring and globalization”, Montreal: Comunicação ao XIV Congresso Mundial de Sociologia.
- Freire, João (2012). *Dicionário Histórico de Militantes Sociais, Grupos Libertários e Sindicatos Operários*, Disponível em <http://mosca-servidor.xdi.uevora.pt/projecto> (Acedido em 30 de Janeiro de 2013).
- Pasture, Patrick (1997). “Feminine intrusion in a culture of masculinity”. In Patrick Pasture, Johan Verberckmoes, Hans de Witte (ed.), *The Lost Perspective*, Avebury: Aldershot.
- Patriarca, Fátima (1990). *Processo de Implantação, Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal*, Lisboa: ICS (Tese de Doutoramento).

Samara, Maria Alice (2007). *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República*, Lisboa: A Esfera dos Livros.

Scott, Joan Wallach (1983). "Women's in history: the modern period", *Past and Present*, 101 (1): 141-157.

Seixas, Maria Augusta (s.d.). *As Operárias de Alcântara e as suas Lutas Antes e Durante a I República*, Lisboa: UMAR.

Vieira, Alexandre (1959). *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa: Edição do Autor.

Woolf, Virginia (1929). *A room of one's own*, Disponível em <http://pdftitles.com/book/14183/a-room-of-ones-own> (Acedido em 25 de Janeiro de 2013).

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior